

## Thales vai articular a sucessão

O ministro Thales Ramalho, do Tribunal de Contas da União (TCU), foi ontem ao Palácio do Planalto entregar seu pedido de aposentadoria ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Ramalho aposenta-se para ocupar a assessoria especial da Presidência para assuntos políticos. Sua posse deverá ocorrer até a próxima quinta-feira.

Um dos principais articuladores da candidatura Tancredo Neves, Thales Ramalho é mais conhecido como o **bruxo** pela notável habilidade política. Maneiroso, prefere conversar ao pé do ouvido, quando está articulando, o que faz 24 horas por dia quando está na ativa. Embora muitos considerem que já está um pouco tarde para ajudar politicamente o presidente Sarney, de quem é amigo há mais de 30 anos, não é assim que Ramalho entende sua missão.

A amigos que o têm procurado, ultimamente, Thales Ramalho reconhece que terá um grande desafio pela frente, mas lembra que já enfrentou situações mais difíceis. Não foi para cooptar forças para apoiar os cinco anos para Sarney ou para o presidencialismo que ele foi escolhido. Sua missão, a partir de agora, será costurar — com a competência que lhe é peculiar — a sucessão presidencial que, com quatro ou cinco anos para o atual presidente, já está irremediavelmente deflagrada.

## Pela pesquisa, Governo deve convencer 70

Até agora, o Governo só tem garantido um total de 210 votos a favor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Isso quer dizer, na prática, que a estratégia destinada a completar o mínimo de 280, necessários à aprovação deste mandato em plenário, envolve um amplo trabalho de conquista do grupo flutuante ou indeciso, muito numeroso. Os 210 votos são daqueles constituintes que, certamente, não mudarão de posição.

Esses dados constam de uma pesquisa feita pelo deputado Basílio Vilani (PMDB-PR), que também apura os votos fechados com 4 anos. Depois, ele tenta fixar tendências de constituintes, de modo a saber quem acabará optando pelos cinco anos e quem preferirá ficar com os quatro. Sua pesquisa, contudo, invalida a do deputado Milton Reis, que vem assegurando uma folga para aprovar o mandato do tamanho que interessa ao Governo.

Vilani disse ontem que contesta o método de Milton Reis para indagar as preferências em plenário, pois acha que muitos constituintes não abrirão a guarda com tanta antecedência, nem se exporão a retaliação desnecessárias. Por esse motivo, acredita que a metodologia usada para chegar aos 210 votos seguros, por exemplo, funciona melhor. Vilani procura se informar em conversas despreziosas, consulta colegas de bancada e o coordenador. Além disso, apura o comportamento do político em questão e faz uma avaliação mais profunda.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, reuniu na semana passada, os dois pesquisadores pedindo a cada um que traçasse um perfil das tendências até agora. Milton Reis foi muito otimista, embora já esta semana não tenha mais se envolvido com a mesma garra na investigação, tanto assim que ontem sequer circulou no plenário.

O deputado Carlos Sant'Anna assinala que as duas pesquisas dão vitória para os cinco anos com presidencialismo. Mas logo depois, reconhece que se colocasse em votação agora o sistema de governo, nem parlamentaristas, nem presidencialistas, conseguiriam fechar os 280 votos necessários à aprovação de suas emendas. Quanto aos números que dão vantagens a um e outro lado, diz o líder que alguém está iludido.

Depois de constatar tais problemas, Sant'Anna vem conversando com diversas correntes dentro do Congresso para tentar um acordo mais amplo, com um sistema presidencialista mitigado e que garanta cinco anos ao presidente José Sarney. Todavia, ele não descarta a possibilidade de também negociar o sistema parlamentarista, mas neste caso, ele seria implantado a partir de 1989 e após uma consulta popular a ser realizada simultaneamente a eleição de Presidente, cuja campanha eleitoral abordaria esse aspecto mudancista.

GIVALDO BARBOSA



Fernando Henrique, Mário Covas e Ibsen Pinheiro isolaram-se no plenário para definir a fórmula de se aprovar o parlamentarismo

# Nada de parlamentarismo já

## Líder propõe mudar o regime só após o mandato de Sarney

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, propôs ontem aos líderes do partido na Constituinte e no Senado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, bem como a vários dos seus companheiros, que se adie para o próximo Governo ou para outra oportunidade a implantação do parlamentarismo, a fim de assegurar a sua aprovação.

Ibsen Pinheiro argumentou que, segundo levantamento que ele e outros colegas de bancada acabam de realizar, parlamentaristas e presidencialistas estão mais ou menos equilibrados, em termos de votos, o que aconselha adiar a vigência do sistema de governo para atrair aqueles que encaram o movimento como uma forma de deposição do atual presidente.

### EQUILIBRIO

Segundo levantamento realizado pelo líder do PMDB e alguns dos seus vice-líderes e coordenadores de bancadas, a correlação de forças entre parlamentaristas e presidencia-

listas está equilibrada, "praticamente empataada". O que impressionou o líder e seus amigos foi o resultado de votação entre 18 bancadas, cujos coordenadores se reuniram domingo com Ulysses Guimarães, na residência oficial do Lago, em almoço promovido pelo presidente do PMDB.

Nas 18 bancadas presentes (estiveram ausentes apenas os coordenadores das bancadas do PMDB do Pará, Paraíba, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), foram apurados 140 votos parlamentaristas e 101 votos presidencialistas. A estes devem se somar, para o presidencialismo, 100 votos do PFL, 15 do PDS, 10 do PTB, 10 do PL, PDC e 40 do PT-PDT, o que soma 175 votos. Com os 101 do PMDB chega-se a 276, praticamente um empate.

Segundo a argumentação de Ibsen, o que está impedindo que a proposta parlamentarista vença por larga margem é a desconfiança, entre alguns constituintes simpáticos a essa forma de governo, de que a tentativa de sua implantação teria o objetivo de depor o presi-

dente Sarney. Para remover tal suspeita, Ibsen propõe que se adie a vigência do novo regime para o próximo governo — ou para data posterior.

— Se existem entre 275 e 280 votos para o presidencialismo e sabemos que alguns não votam no parlamentarismo por desconfiar de que se trata de movimento contra o atual Presidente, vamos adiar a vigência da nova forma de governo e atrair esses votos — dizia Ibsen, ontem, no plenário da Constituinte.

O deputado Maurício Ferreira Lima, coordenador da Bancada do PMDB de Pernambuco, também propôs aos líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e a outros parlamentares, como Pimenta da Veiga, do movimento parlamentarista, que sejam retiradas as duas emendas, a presidencialista (dos senadores Humberto Lucena e Edison Lobão) e a parlamentarista (do deputado Egídio Ferreira Lima) em favor da busca de um consenso em torno de uma nova proposta. Maurício também susten-

tuou que não tem sentido alterar a forma de governo vigente no País por uma pequena diferença de votos. Seria preciso buscar um entendimento para que dois terços da Constituinte votem a favor de fórmula acordada.

Maurício também entendeu que a melhor forma de evitar a campanha de Leonel Brizola é fazer com que o primeiro-ministro seja escolhido pelo presidente da República e levado a todos os recantos importantes do País para discutir a sua plataforma de governo, "acabando-se com essa conversa de que o regime de gabinete estará distante do povo".

— Poderemos fazer no Brasil como na Inglaterra, Suécia e outros países, onde o primeiro-ministro de cada partido é conhecido do eleitor durante a campanha, antes de revelado o resultado da votação que aponta o vencedor. Assim, o primeiro-ministro teria respaldo popular para apresentar à Câmara seu programa e seu gabinete — disse Maurício.

## Números não dão otimismo a ninguém

TRACÍSIO HOLANDA  
Repórter Especial

As reuniões de fim de semana tanto no âmbito do governo quanto do PMDB serviram para mostrar a verdadeira confusão em que se transformou a política brasileira. Na avaliação feita pelo presidente José Sarney, seus ministros e líderes, o plenário da Constituinte vai conservar o regime presidencialista e dar-lhe cinco anos de mandato, por uma maioria razoável, segundo levantamentos realizados nos últimos dias.

Na reunião que Ulysses promoveu neste fim de semana com os coordenadores de bancadas de 18 estados (só estavam ausentes os coordenadores do Pará, Paraíba, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), o parlamentarismo ganhou com 140 votos, enquanto o presidencialismo ficava com 101. Isto no PMDB, partido que tomou a iniciativa de defender a implantação do regime de gabinete.

Para os observadores, maioria tão pouco folgada não assegura o otimismo dos parlamentaristas. A maioria teria que ser maior. Os presidencialistas contam com a maioria esmagadora dos 133 constituintes do PFL (maioria de cerca de 70), com 40 do PDT e PT. O regime presidencial ganha, assim, favoritismo na votação prevista para o pró-

ximo fim de semana na Constituinte.

Numa avaliação não oficial de Ulysses e seu estado-maior o mandato de quatro anos deve sair vitorioso na batalha que se travará em plenário, em breve. Os 40 votos do PDT e PT se somariam à maioria do PMDB e a uma respeitável fatia do próprio PFL (cerca de 30 por cento). Esta tendência poderá fortalecer o presidencialismo com quatro anos, conforme impressão que se destaca no PMDB e na Constituinte.

Na avaliação de Sarney, seus ministros mais chegados e líderes, ganha o presidencialismo com cinco anos de mandato. O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), procedeu a levantamento entre os constituintes, na semana passada, atestando que a maioria esmagadora dos que assinaram a proposta dos cinco anos para Sarney continua na mesma posição.

Segundo impressão consensual no próprio PMDB, o partido sofrerá um racha irreversível se passar o mandato de cinco anos. O grupo histórico não terá mais como esperar por data mais conveniente para discutir os problemas internos, nesse caso não mais em reunião do Diretório Nacional, mas em Convenção Nacional, onde os conflitos políticos e ideológicos seriam fatalmente suscitados.

Há os que defendem a hipótese intermediária, que seria parlamentarismo com cinco anos para Sarney. Ainda nessa hipótese, o PMDB não suportaria suas divisões internas. E haveria a possibilidade de fracasso de um sistema para o qual se transferiria todo o peso da crise política que já enfrentamos nesse sistema presidencial hipertrofiado.

O novo regime contaria com um presidente da República (Sarney) fortalecido pela proposta parlamentarista que está aí e pelos cinco anos de mandato. Não lhe seria difícil aumentar os obstáculos à prática do regime de gabinete. Bastaria que escolhesse para primeiro-ministro alguém do PMDB sem qualquer identidade com a legenda, como, por exemplo, o deputado Nilson Gibson (PE). O presidente marcharia, assim, para o confronto seguindo plano deliberado de provocar a crise, depois de três quedas de gabinetes, para dissolver a Câmara dos Deputados e convocar nova eleição.

Do ponto de vista do interesse do PMDB como Partido, a única alternativa favorável seria o presidencialismo com mandato de quatro anos. Mas, nessa hipótese, haveria outro complicador, que seria a candidatura de Ulysses Guimarães, em cujo êxito eleitoral não existe crença no governo

e em amplos setores do partido, incluindo políticos de esquerda e de direita. Se Ulysses é a liderança mais importante do PMDB, se todos os reconhecem como o único líder que une todas as correntes, há um consenso quanto às suas dificuldades para vencer Brizola em eleição este ano.

Resta avaliar o otimismo de Sarney e seus amigos. Como o governo detém instrumentos poderosos de persuasão, existem chances de vitória do mandato de cinco anos, dependendo das circunstâncias no momento da votação. O governo está desgastado, mas ainda tem fôlego para jogar pesado sobre muitos parlamentares que dele dependem. Nos momentos mais dramáticos vividos pelo País e o parlamento, as maiorias sempre foram aj sensíveis aos meios de condicionamento do governo.

A opinião pública poderia exercer grande influência, mas ela não parece motivada para isso, em face do desencanto que a política causou em amplas camadas da população. Se o mandato de cinco anos for vitorioso, a crise se instala com maior violência dentro do PMDB, aguçando as contradições ideológicas nesse partido. Em qualquer hipótese, o PMDB fica no dilema popular — "se ficar, o bicho pega, se correr, o bicho come".

## Retirada de emendas pode abrir caminho

O deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB/PE), do grupo parlamentarista, está levando a líderes dentro do seu partido a sugestão de que sejam retiradas as emendas presidencialista, do senador Humberto Lucena (PB), e parlamentarista, do deputado Egídio Ferreira Lima (PE), ambos do PMDB; para que uma terceira emenda, negociada, possa reunir as várias tendências em torno do futuro sistema de governo.

Maurício Ferreira Lima reconheceu, após a reunião de domingo na casa do deputado Ulysses Guimarães, que o sistema parlamentarista de governo é uma posição majoritária dentro do PMDB e dentro da Constituinte, razão pela qual não pretende "remar contra a maré", alinhando-se, a partir de agora entre

os parlamentaristas.

Maurício Ferreira Lima começou a defender, junto a parlamentaristas "históricos", como Egídio Ferreira Lima, Nelson Jobim (RS), Ibsen Pinheiro (RS) e José Richa (PR), entre outros, suas posições pessoais sobre a implantação do parlamentarismo. A primeira posição é que o parlamentarismo não deve ser implantado durante o resto de mandato do presidente José Sarney, porque isso contribuiria, ainda mais, "para agravar a crise política".

A exemplo do que ocorre em alguns países parlamentaristas, onde o povo sabe antecipadamente qual será o primeiro-ministro a ser indicado pelo partido, após a vitória nas urnas, Maurício está propondo a escolha do chefe de governo ainda na convenção par-

tidária que indicar o candidato a presidente da República.

É por esse caminho que o deputado pretende atrair a simpatia dos presidencialistas, que argumentam, contra a mudança do regime, que o povo não elege diretamente o chefe de governo no sistema parlamentarista. Nesse caso, se o candidato escolhido na convenção do PMDB a presidente da República for o deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, este terá o compromisso moral, em campanha, de anunciar qual será o primeiro-ministro que ele indicará ao Congresso, caso seja o vencedor na disputa eleitoral. Dessa forma, o povo já toma conhecimento das duas figuras mais importantes que irão governar o País: o chefe de Estado e o chefe de Governo, com a

concordância implícita do eleitorado, em relação ao último.

A idéia começa despertar interesse até mesmo entre os parlamentaristas e, segundo revelou Maurício, o autor da emenda parlamentarista, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), considerou muito interessante a escolha do primeiro-ministro já na etapa da convenção partidária. Também começam a aderir à proposta, no seu sentido global, os deputados Ibsen Pinheiro (RS), líder da bancada, e Nelson Jobim (RS), vice-líder do senador Mário Covas. Mas as consultas irão até os presidencialistas e, na reunião de hoje, que o grupo fará, Maurício irá apresentar, formalmente a proposta ao senador Marco Maciel, um dos ferrenhos defensores do presidencialismo.